



**ENAN
PUR** 2023
Belém 22 a 26 de maio



DISPUTA DE LUGAR: narrativas e ficções para a Zona Portuária do Rio de Janeiro¹

Stéfany dos Santos Silva

Arquiteta e Urbanista

Mestre e Doutoranda do Instituto de Planejamento
Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ

Sessão Temática 12: Gênero, etnia e diversidade no campo e na cidade

A região central da cidade do Rio de Janeiro, em especial a zona portuária, é desde o início de sua ocupação marcada pela presença negra. Ao longo de mais de dois séculos desde a construção do Cais do Valongo, corpos negros tem grafado esse espaço com suas estratégias de vida, suas práticas culturais e resistência aos diversos processos de expulsão. No contexto recente de transformações urbanas impulsionadas pelo Projeto Porto Maravilha (2010-2022) esse lugar tornou-se palco de uma disputa pela sua significação: de um lado os atores locais que reivindicam a memória da Pequena África, do outro o poder público e o capital imobiliário com esse grande projeto de renovação urbana. Diante desse cenário de conflito entre esses agentes levantamos alguns questionamentos: Qual é o papel dos arquitetos, urbanistas e planejadores urbanos nessa disputa? Como as imagens produzidas por esses profissionais contribuem para a difusão de imaginários e imaginações espaciais? Assim, o objetivo deste texto é investigar, a partir do recorte espacial do Cais do Valongo e do seu entorno, as diferentes narrativas mobilizadas para a significação da zona portuária, tendo como metodologia a análise das representações gráficas para compreender qual imagem de futuro tem sido sonhada para esse lugar.

Palavras-chave. disputa de lugar, imaginário, racismo e branqueamento do território.

DISPUTE FOR PLACE: narratives and fictions for the Port Zone of Rio de Janeiro

Abstract. *The central region of the city of Rio de Janeiro, especially the port area, has been marked by the black presence since the beginning of its occupation. Over more than two centuries since the construction of Cais do Valongo, black bodies have marked this space with their life strategies, their cultural practices and resistance to the various processes of expulsion. In the recent context of urban transformations driven by the Porto Maravilha Project (2010-2022), this place becomes the scene of a dispute over its significance: on the one hand, local actors who claim the memory of Little Africa, on the other, public power and the real estate capital with this major urban renewal project. Faced with this scenario of conflict between these agents, we raise*

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

some questions: What is the role of architects, urban planners and urban planners in this dispute? How do the images produced by these professionals contribute to the dissemination of imaginaries and spatial imaginations? Thus, the objective of this text is to investigate, from the spatial profile of Cais do Valongo and its surroundings, the different narratives mobilized for the meaning of the port area, using as a methodology the analysis of graphic representations to understand which image of the future has been dreamed of this place.

Keywords: dispute of place, imaginary, racism and whitening of the territory.

DISPUTA POR EL LUGAR: narrativas y ficciones para la Zona Portuaria de Río de Janeiro

Resumen. *La región central de la ciudad de Río de Janeiro, especialmente la zona portuaria, ha estado marcada por la presencia negra desde el inicio de su ocupación. Durante más de dos siglos desde la construcción de Cais do Valongo, los cuerpos negros marcaron este espacio con sus estrategias de vida, sus prácticas culturales y su resistencia a los diversos procesos de expulsión. En el contexto reciente de transformaciones urbanas impulsadas por el Proyecto Porto Maravilha (2010-2022), este lugar se convierte en escenario de una disputa por su significado: por un lado, actores locales que reivindican la memoria de la Pequeña África, por otro, poder público y el capital inmobiliario con este gran proyecto de renovación urbana. Ante este escenario de conflicto entre estos agentes, nos planteamos algunas preguntas: ¿Cuál es el papel de los arquitectos, urbanistas y urbanistas en esta disputa? ¿Cómo contribuyen las imágenes producidas por estos profesionales a la difusión de imaginarios e imaginaciones espaciales? Así, el objetivo de este texto es investigar, a partir del perfil espacial de Cais do Valongo y su entorno, las diferentes narrativas movilizadas para el significado del espacio portuario, utilizando como metodología el análisis de representaciones gráficas para comprender qué imagen del Se ha soñado el futuro de este lugar.*

Palabras clave: disputa de lugar, imaginario, racismo y blanqueamiento del territorio.

1. Introdução

Quem pensa o espaço urbano? Quem pode imaginar o futuro das cidades? Não é desconhecido o fato de que arquitetos, urbanistas, planejadores e outros tantos profissionais do urbano vem desempenhando um papel privilegiado na tomada de decisões e definição do futuro das cidades. Ao longo da história esses profissionais, orientados por diferentes correntes do pensamento ou motivações, tem contribuído para o ordenamento do espaço urbano produzindo diretrizes, normas, parâmetros, planos, modelos e projetos para o “bom” funcionamento das cidades. Por sua vez, por trás dessas novas propostas reside o desejo de mitigar os problemas que surgem com a própria expansão das cidades.

Dentro do campo dos estudos urbanos é bastante frequente que as análises das ações desses profissionais estejam centradas em seus projetos e nos impactos desses para um determinado território após sua implementação. No entanto, o que queremos evidenciar nesse debate é o fato de que antes de sua concretude, da sua materialização em edifícios, ruas, casas, parques e equipamentos urbanos, a cidade existe enquanto elaboração teórica e simbólica, uma ideia que é ao mesmo tempo identificadora dos problemas a serem enfrentados e o seu antídoto (PESAVENTO, 1995). Ressalto aqui a importância de produzirmos análises críticas sobre o papel de arquitetos e urbanistas na produção de discursos e narrativas sobre o urbano; por trás de cada ideia, conceito e proposição existe uma motivação alinhada com um ideal específico de cidade.

No exercício de imaginar novas possibilidades e soluções para o urbano, a imagem e o modelo tem o potencial de antecipar aquilo que se anseia para o futuro. Como bem pontua Françoise Choay (1965), no processo de difusão do modernismo enquanto projeto de cidade racional e ideal, o modelo ajudou a

difundir suas ideias, superando as barreiras econômicas e políticas para a edificação desses projetos. No entanto, segundo Sandra Pesavento (1995) pode haver um grande hiato entre a cidade dos modelos e planos arquitetônicos-urbanísticos – a “cidade-sonhada” – e aquela experienciada pelos diferentes grupos sociais no cotidiano – a “cidade-vivida”. No exercício projetual de arquitetos e urbanistas “há uma projeção de uma “cidade que se quer” sobre a “cidade que se tem”, plano que pode vir a realizar-se ou não” (PESAVENTO, 1995, p.283).

As propostas de intervenção urbana por vezes desconsideram as dinâmicas espaciais dos grupos não hegemônicos, o que resulta em modelos cada vez mais homogêneos e excludentes de cidade; processo esse classificado pela autora como uma “pasteurização do urbano”, responsável pela “destruição da memória, a substituição do “velho” pelo novo, a uniformização das construções e a generalização do caráter de impessoalidade ao contexto urbano” (PESAVENTO, 1995, p.285). Como podemos perceber, é papel desses profissionais do urbano, considerados “produtores do espaço”, não apenas a construção material da cidade, mas também inculcação no imaginário social das novas formas de pensar, viver e sonhar a cidade. Para Sandra Pesavento é preciso considerar que “a cidade-desejo, realizada ou não, existiu como elaboração simbólica na concepção de quem a projetou e a quis concretizar” (PESAVENTO, 1995, p.283).

O imaginário social pode ser compreendido como um conjunto de representações sociais que desempenham o papel de regulação da vida coletiva (CASTORIADIS, 1982; BACZKO, 1985), sendo essas responsáveis por transportar os imaginários para o mundo material. Todo indivíduo ou coletividade produzem representações sobre si mesmo, sobre o outro e o espaço em que vivem. No entanto, no jogo simbólico de poder certas representações podem se sobressair em detrimento de outras tantas. Nessa perspectiva, Baczko (1985) chama atenção para o fato de que o processo de propagação e inculcação desses imaginários sociais depende do domínio dos meios de difusão desses.

Compreendendo o racismo como um elemento estruturante das relações sociais no Brasil, dada a sua origem escravista, torna-se impossível falar de poder simbólico e produção de imaginários sem considerar o impacto das representações e narrativas subalternizantes produzidas sobre as populações negras e seus territórios. As autoras Célia Maria Azevedo (1987) e Maria Aparecida Bento (2002) nos apontam como essa propagação de estigmas no pós-abolição contribuiu para a construção de um ideal de superioridade racial que legitima o projeto de branqueamento da população. Assim, a construção de imagem da população negra enquanto seres atrasados, cheios de vícios e afeitos a vadiagem ajudaram a reforçar o argumento de que esse grupo seria incompatível com a racionalidade moderna própria do sistema capitalista. Por sua vez, não é difícil perceber que esses discursos estigmatizantes não se restringem aos indivíduos, sendo amplamente utilizados para o apagamento dos territórios negros na cidade. Desde o início do século XX esses territórios vêm sendo encarados como problema urbano a ser enfrentado para dar lugar ao progresso.

Se por um lado a difusão desses discursos ajudam a construir uma imagem de atraso para os territórios e territorialidades negras, por outro faz-se necessária a disseminação de imagens que representam o novo, o progresso, o ideal de

cidade sonhado pelos grupos hegemônicos. É no campo dos imaginários que as cidades começam a ser fabricadas e também disputadas, e o exercício projetual de arquitetos e urbanistas tem sido bastante importante para a construção dessas imaginações espaciais. No contexto de disseminação desses novos ideais para o urbano, as imagens de projeto difundidas em veículos de comunicação e peças publicitárias desempenham o papel de comunicar a *cidade-desejo* daqueles que as produzem ou que se deseja atingir.

Dentro do projeto de renovação urbana Porto Maravilha - operação urbana consorciada implementada pela prefeitura do Rio de Janeiro em 2010 para promover transformações urbanas na - as imagens têm ocupado um importante lugar na comunicação do modelo de cidade sonhada para esse território. Por um lado, essas imagens ilustram aquilo que se quer - altas torres com cinquenta pavimentos, grandes quadras com seus parques urbanos privados, largas rodovias, um novo tipo de comércio, novas práticas culturais e um novo padrão de ocupação. Por outro lado, essas imagens também promovem apagamentos na paisagem daquilo que não se quer - favelas, casarões abandonados, ocupações, comércio de rua, lugares de memória e práticas culturais negras.

No entanto, em oposição a esse processo de fabricação de um futuro embranquecido para a zona portuária, diversos atores locais como ativistas do movimento negro, pesquisadores, produtores culturais, comerciantes, grupos associados ao carnaval, quilombolas e outros tantos protagonizam uma disputa pelo reconhecimento da zona portuária enquanto um território negro: A Pequena África. Ao longo das últimas décadas esses atores têm reinventado estratégias para a permanência nesse território, driblando a falta de recursos e as tentativas diretas e indiretas de expulsão. Seu protagonismo nessa disputa foi responsável por garantir a patrimonialização de diversos lugares de memória negra, tendo como uma das grandes vitórias o reconhecimento do Cais do Valongo como Patrimônio Mundial da UNESCO em 2017.

Assim, é nesse cenário de fabricação de narrativas, imaginações e ficções sobre esse lugar que tem se estabelecido uma disputa simbólica e concreta por sua significação. Nesse texto olhamos para o Cais do Valongo não somente como lugar de memória da escravidão, mas como símbolo do processo de disputa pela significação de um lugar - disputa essa que não se inicia com a sua descoberta em 2011, em meio às obras de infraestrutura urbana do Porto Maravilha, mas que se intensificou a partir desse acontecimento. Para o desenvolvimento das nossas análises proponho pensar o Cais do Valongo enquanto um disparador para reflexões acerca das imagens, dos discursos que elas ajudam a comunicar e do processo de produção e inculcação de imaginários espaciais sobre a zona portuária do Rio de Janeiro. Por sua vez, essas imagens, sejam elas fotografias ou representações gráficas de projetos arquitetônicos, serão o fio condutor nesse breve texto para pensarmos as possibilidades de futuro têm sido sonhadas para esse território.

As ideias apresentadas neste texto fazem parte da pesquisa construída para minha dissertação do mestrado em planejamento urbano, *FUTUROS EM DISPUTA: colonização do imaginário e disputa de lugar na zona portuária do Rio de Janeiro* (SILVA, 2022a), e parte das considerações presentes nesse trabalho já foram publicadas e discutidas em outras produções. Ao longo dos últimos anos tenho reunido centenas de imagens dos projetos de empreendimentos para o Porto Maravilha em um banco de dados que tem servido de material empírico

para a minha pesquisa. Parte dessas imagens serão utilizadas nesse texto para a nossa análise.

A fim de centrar esse debate nas disputas entre esses dois atores, não farei aqui a reconstituição do processo de implementação do projeto Porto Maravilha, visto que esse objeto vem sendo amplamente estudado por autores no campo dos estudos urbanos, com perspectivas diversas e complementares a essa pesquisa. Também não farei uma historiografia da Pequena África por considerar igualmente a riqueza de trabalhos que trataram do assunto em diversos campos do conhecimento. A proposta é pensarmos a partir do encontro dessas duas narrativas e das disputas que são travadas nesse processo de significação da zona portuária da cidade do Rio de Janeiro.

2. A zona portuária e suas camadas

Quantas narrativas cabem na história da zona portuária do Rio de Janeiro? Esse conjunto de quatro bairros - Saúde, Gamboa, Santo Cristo e Caju - carregam em si memórias que tem origem no início da ocupação da cidade. Como em uma espécie de palimpsesto, esse território tem sido constantemente rasurado para dar lugar ao novo, para fazer caber os desejos de progresso e modernidade. Se tomarmos como marco temporal a construção do Cais do Valongo - dada a sua importância para as mudanças na morfologia da cidade do Rio de Janeiro - trata-se de um pouco mais de dois séculos de construções, destruições, aterros, rasuras, fissuras, escavações e descobertas. São temporalidades distintas com projetos de morte e de vida bastante diversos.

É possível narrar a história desse lugar a partir da ótica da escravidão, com a mudança do comércio escravista do cais da Praça XV para o Valongo no início do século XIX e a implementação de uma gama de equipamentos urbanos necessários a esse comércio - lazaretos, casas de engorda, mercados, cemitérios (IPHAN, 2016). Boa parte desse aparato da escravidão ainda pode ser encontrado ao andarmos pelas ruas da zona portuária, fazendo parte de circuitos e guiamento que rememoram a história da escravidão, como é o caso do próprio Cais do Valongo ou do Cemitério dos Pretos Novos. Por outro lado, olhando para esse mesmo período também podemos falar das estratégias de sobrevivência, fuga, resistência e invenção de outras possibilidades de vida criadas por homens e mulheres negras (FARIAS et al., 2006). São os escravizados que encontram no trabalho nas ruas uma fonte de recursos para a sua alforria; são as tentativas e as possibilidades de liberdade dentro e fora da cidade; são as redes de solidariedade e apoio que se formam entre pessoas livres e escravizadas; ou mesmo as insurgências que eclodem nas ruas.

Avançando algumas décadas do pós-abolição é a história de uma comunidade negra livre que pode ser contada, com seus terreiros, casas de acolhida, personalidades importantes e espaços de sociabilidade e cultura (MOURA, 1995). É nesse período que esse território é chamado pela primeira vez de Pequena África, batizado assim pelo artista e sambista Heitor dos Prazeres. Arelada a essa comunidade estão as narrativas sobre o fortalecimento da identidade e da cultura negra, com o surgimento das rodas samba, a realização dos primeiros cortejos, a fundação dos ranchos carnavalescos, blocos e escolas de samba e os grandes desfiles. Também é sobre a história de surgimento das favelas, da primeira favela da cidade do Rio de Janeiro: o Morro da Providência (CAMPOS, 2012). A partir desse enredo também podem ser narradas outras transformações que impactaram na espacialização dessa comunidade, como a

ocupação da Praça XXI e seus arredores, a mudança dos desfiles de carnaval para Avenida Presidente Vargas, a construção da Marquês de Sapucaí, o esvaziamento do carnaval na zona portuária e o ressurgimento de atores culturais no início do século XX.

Um outro fio narrativo para a história desse lugar pode ser construído a partir das transformações urbanas, a começar pela própria construção do Cais do Valongo (1811); passando pelas obras do Prefeito Pereira Passos (1902-1906), com alargamentos de ruas, demolições de cortiços, aterros e a ideia fixa de transformar o Rio de Janeiro numa Paris dos trópicos; a abertura da Avenida Presidente Vargas na década de 1940; Os projetos rodoviaristas (como o Plano Doxiadis de 1965) que levaram a construção de túneis e viadutos; As obras de modernização do porto, bem como seu apogeu e declínio com o esvaziamentos dos galpões e das ruas; e pôr fim a grande promessa de um Porto Maravilha pintado como solução de uma área dita decadente e abandonada.

Assim, diante desta profusão de camadas que numa hora são postas lado a lado, noutra se sobrepõe, em outra se imbricam podendo até mesmo se fundir, que nos dispomos a pensar o atual cenário de disputas e como essas diferentes narrativas são acionadas no processo de significação de um lugar. A depender dos objetivos ou interesses, uma sorte desses elementos é mobilizada para dar sentido aquilo que se reivindica ou se almeja implementar.

Quando olhamos para os atores locais podemos perceber que muitos deles, empenhados na valorização da cultura negra que transpassa essas distintas temporalidades, se valem das memórias do início do século XX para a reconstrução no presente do imaginário da Pequena África. É bastante comum que as lideranças de organizações culturais que surgiram nas últimas décadas se voltem para as práticas culturais negras do passado para legitimar sua existência no presente. Esse acionamento da memória também é importante para o processo de patrimonialização dos lugares associados a história da escravidão ou a existência dessa comunidade negra.

Por sua vez, quando analisamos os discursos dos atores por trás do Projeto Porto Maravilha identificamos uma narrativa centrada no progresso urbano para falar de uma zona portuária que, embora esquecida, possui grande potencial econômico para se transformar em um dos polos de atração de investimentos da cidade. No início do projeto era bastante comum que os discursos propagados por figuras políticas, empresários ou meios de comunicação fossem pautados por uma dicotomia entre o atraso e a degradação que assolavam a zona portuária e as novas possibilidades de experiência urbana que surgiam através do Porto Maravilha.

Nesse cenário de disputas, o ato de nomeação desse lugar é uma estratégia bastante importante. Nas propagandas dos mais recentes empreendimentos imobiliários lançados na zona portuária os nomes dos bairros Saúde, Gamboa e Santo Cristo vem sendo substituídos pelo nome Porto Maravilha. Aos poucos esse nome foi sendo carregado de significados que o torna capaz de informar a imagem do que se espera para esse lugar. Ao longo da última década diversas estratégias de comunicação vêm sendo utilizadas para vender a ideia desse projeto: exposições, como a "Meu Porto Maravilha"; sites, blogs e redes sociais; revistas e panfletos impressos ou digitais; peças publicitárias em imagem e vídeo dos empreendimentos imobiliários, bem como os stands de venda voltados para a comercialização dos mesmos. Embora essas estratégias não sejam uma exclusividade do projeto em questão, são bastante interessantes para

compreendermos como ao longo do tempo elas foram fundamentais para propagar a imagem da *cidade-desejo* sonhada para a zona portuária.

Embora essas imagens possam parecer simples representações de projetos arquitetônicos e urbanísticos, não podem, no entanto, ser lidas como puramente objetivas ou neutras. Estamos falando de um trabalho de simulação do real onde o produto final é resultado das escolhas feitas pelos seus criadores com base no seu estilo próprio de representação e no mercado ou público que se pretende alcançar – o que estará visível ou oculto pelo ângulo ou enquadramento, a ambiência que almeja comunicar, o perfil do público representado e os padrões de consumo são algumas dessas escolhas que podem estar expressas nessas imagens. (SILVA, 2022b, p. 66)

Na contramão desse processo, os movimentos negros ao nomear esse território como pequena África acionam memórias do passado para dar sentido e suporte as lutas no presente. Nessa disputa pela significação desse lugar a partir do acionamento dessa memória negra podemos destacar algumas conquistas: a transformação do Cais do Valongo em sítio arqueológico e a Criação do Circuito de Herança e Memória Africana em 2011; a transformação do Cais do Valongo em Patrimônio Mundial pela UNESCO; o Decreto Municipal de registro do Quilombo Pedra do Sal como Bem Cultural de Natureza Imaterial da cidade do Rio de Janeiro em 2018; a troca dos nomes das estações de VLT em 2018 e mudança no nome de logradouros em 202; e a inauguração do Museu da História e Cultura Afro-Brasileira (Muhcab) em 2021.

Embora os contrastes produzidos na paisagem por esse processo de disputa possam ser percebidos em várias partes da zona portuária, opto por construir essa análise a partir do Cais do Valongo, por ser esse lugar tanto um marco para a história da cidade do Rio de Janeiro e do comércio escravagista, quanto um dado importante nesse conflito, visto que esse foi revelado durante as obras do Porto Maravilha. Outro ponto importante para a escolha desse lugar de memória como objeto de análise é o fato desse ser um dos poucos lugares na zona portuária que possui imagens de projeto produzidas a partir de narrativas e objetivos distintos.

3. O Cais do Valongo e as disputas em torno da significação do lugar

Para ilustrar um pouco dessa disputa de lugar, inicio nossa análise a partir de duas imagens, diametralmente opostas, sobre o Cais do Valongo e seus arredores. A primeira imagem (figura 1), uma fotografia que eu fiz na cerimônia de lavagem do Cais do Valongo de 2021, é um registro de uma prática cultural e religiosa que vem sendo realizada nesse local desde 2012, após a transformação do cais em sítio arqueológico. Ao longo das últimas décadas não apenas esse evento, mas outras tantas manifestações culturais têm no Cais do Valongo um palco para suas performances, grafando o espaço e a paisagem com os corpos negros. Embora essas informações sejam bastante importantes para compreendermos o impacto dessa disputa simbólica, o que gostaria de destacar nesta fotografia, no entanto, é o edifício Docas Pedro II ao fundo. O galpão, projetado pelo engenheiro negro André Rebouças e construído por homens negros livres em 1871, foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2018 e após diversas disputas quanto ao destino da sua ocupação tem a previsão de abrigar o Centro de Referência da Celebração da Herança Africana, os centros de Interpretação do Valongo e de Acolhimento Turístico, e o Laboratório Aberto de Arqueologia Urbana.



Figura 1. Evento de lavagem do Cais do Valongo em 2021 (fonte: elaborada pelos autores).



Figura 2. Estudo de projeto para o Porto Maravilha. (fonte: N. Sadala Arquitetura e Computação Gráfica, 2015)

A segunda imagem por sua vez, uma das primeiras que me deparei no processo de investigação sobre as disputas na zona portuária (e provavelmente uma das motivações para investir nessa abordagem), consiste em uma fotomontagem produzida pelo escritório N. Sandália em 2015 (figura 2). Nessa representação gráfica podemos identificar o mesmo edifício, o Docas Pedro II, servindo como embasamento para uma grande torre revestida com vidro espelhado. Chama atenção o fato dessa imagem não estar atrelada a nenhum empreendimento previsto para o local, tratando-se apenas de um projeto especulativo que no contexto geral do Porto Maravilha ajuda a fabricar a imagem daquilo que se espera enquanto padrão estético e arquitetônico para a região. No que tange ao aspecto econômico, essa e outras tantas representações gráficas cumprem a função de comunicar tal imagem para além da cidade do Rio de Janeiro, a fim de atrair os olhares de investidores nacionais e internacionais. Os ideais de revitalização e renovação urbana passam a ser associados a esses símbolos, corroborando para a propagação dos imaginários de futuro esperado para o lugar.

Muitas dessas representações gráficas se pretendem ultrarrealistas, com elevado grau de detalhamento não apenas das edificações, mas também do entorno onde elas estão inseridas. Essa estratégia bastante utilizada para a apresentação de projetos urbanos e arquitetônicos por vezes podem confundir o observador quanto a veracidade daquilo que se observa; uma espécie de *trompe l'oeil* do qual fala Muniz Sodré (2019) ao tratar do papel da arquitetura na fabricação das aparências da modernidade no início do século XX.

A imagem a seguir (figura 3) é um desses casos de *engana-olho*. A partir da combinação de fotografias da paisagem da cidade do Rio de Janeiro, em especial do Maciço da Tijuca, com modelagem digital do empreendimento ao centro, bem como ruas, vegetação e edificações do entorno, o projeto do edifício Vista Guanabara nos é apresentado. A riqueza de detalhes da perspectiva, no entanto, ajuda a contar uma narrativa descolada da realidade, enganando o observador desatento ou que desconheça a região. O primeiro ponto de distorção é a própria projeção das edificações do entorno que, embora possua uma materialidade e volumetria distinta do empreendimento, aludindo de certo

modo a edificações antigas, não condizem nem pela forma e tampouco pela quantidade de edifícios existentes na zona portuária na época da sua elaboração. Um segundo ponto de distorção pode ser identificado quando percebemos, à direita do edifício Vista Guanabara o apagamento do Morro da Providência, primeira favela da cidade do Rio de Janeiro.



Figura 3. Representação gráfica do Edifício Vista Figura 36 - Representação Gráfica do empreendimento Praia Guanabara e seu entorno. (fonte: Site do Empreendimento. Disponível em: <<http://www.vistaguanabara.com.br/vista-guanabara.html>>. Acesso em: 18 dez. 22.)

É impossível falar em Pequena África sem levar em consideração o Morro da Providência e sua ocupação que data do início do século XX, sendo um dos marcos da presença negra no centro da cidade do Rio de Janeiro. Diversas são as narrativas sobre o seu processo de formação – ora apontando para uma origem após as remoções dos cortiços no centro da cidade no final do século XIX, ora datando a ocupação do local a partir do retorno dos soldados da Guerra de Canudos que encontram no morro uma alternativa para moradia (CAMPOS, 2012). Todas elas, no entanto, narram sobre origem de um território que permanece marcado pela presença negra. Isso posto, é importante destacar que um dos marcos da implementação do Projeto Porto Maravilha foi o violento processo de remoção de centenas de famílias do Morro da Providência pela Secretaria Municipal de Habitação em 2011 (AZEVEDO; FAULHABER, 2015), no contexto dos megaeventos (Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016).

Nessa perspectiva, o ato de ocultar a imagem da favela da paisagem, sobrepondo a ela edifícios e vegetação, não pode ser lido como desproposital ou impensado. Para o geógrafo Renato Emerson dos Santos (2017) esse processo pode ser compreendido como parte de um projeto de branqueamento do território, conceito que vem ajudando a pensar a espacialização do histórico projeto de branqueamento da população brasileira. Para o autor, esse processo de branqueamento do território pode ser compreendido a partir de três dimensões: o branqueamento da ocupação, o branqueamento da imagem e o branqueamento das práticas culturais de um território. Assim, se por um lado as remoções no morro da providência nos permitem falar desse branqueamento da

ocupação, por outro seu apagamento na perspectiva acima nos ajuda a pensar esse processo de branqueamento da imagem.

Quando olhamos para as imagens e vídeos produzidos sobre os empreendimentos e o território, conseguimos perceber não apenas o exercício de ficcionar a paisagem, o ambiente construído, mas também de projetar novas formas de ocupação e experiência do espaço. Voltando novamente à imagem do projeto especulativo para o edifício Docas Pedro II (figura 1), dessa vez em uma ampliação do seu canto inferior direito (figura 4), identificamos uma proposta de paisagismo e ambiência projetadas para a rua lateral. Na imagem, além das palmeiras e da vegetação pensada para o jardim são representadas figuras humanas circulando pelo projeto, todas brancas e trajando roupas formais, algo bastante comum nas imagens desses empreendimentos.



Figura 4. Ampliação do estudo de projeto para o Porto Maravilha. (Fonte: N. Sadala Arquitetura e Computação Gráfica, 2015)

O espírito corporativo representado nessa imagem - ajudando a comunicar o perfil das empresas e o padrão de ocupação previsto para essa área - contrasta bastante com a ambiência construída nas imagens do projeto paisagístico criado para o Cais do Valongo e o Circuito de Herança e Memória Africana em 2012 (figuras 5, 6 e 7). O projeto, desenvolvido em parceria entre o Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH) e a arquiteta estadunidense Sara Zewde, tinha a proposta de criação de um percurso entre os lugares de memória do Circuito de Herança e Memória Africana, com destaque para o trajeto entre o Cais do Valongo e o Largo dos Estivadores, antes conhecido como Largo do Depósito (um mercado de escravizados). O objetivo era narrar, através do espaço público e dos equipamentos urbanos, tanto as memórias envolvendo o tráfico de escravizados quanto a história dos elementos da cultura e religião afro-brasileira (IPHAN, 2016).

Em sua análise para a concepção do projeto a autora aponta que muitos memoriais sobre a escravidão se valem de formas arquitetônicas usadas para a celebração de eventos. No entanto, a autora aponta que a escravidão não pode ser compreendida como um evento, mas como um sistema que funcionou por mais de 400 anos e que ainda impacta nossa sociedade. Assim, Sara Zewde opta por não olhar para essas formas, mas sim expandir nossa noção de memorial. A partir dessa abordagem a arquiteta propõe a incorporação de três elementos: a cosmologia afro-brasileira, que vai orientar tanto a composição do paisagismo, com a incorporação de plantas importantes para os rituais, quanto a concepção do espaço a partir da circularidade do tempo; a arte e a cultura afro-brasileira, pensando a valorização das práticas culturais – o que ela vai chamar de “registro do vernáculo espacial” (IPHAN, 2016, p. 304); e por fim a incorporação do traçado curvo, próprio do paisagismo brasileiro.



Figura 5. Projeto de Paisagismo para o Cais do Valongo (fonte: IPHAN, 2016)



Figura 6. Projeto de Paisagismo para o Largo dos Estivadores (fonte: IPHAN, 2016)

Diferente da maioria das representações produzidas sobre empreendimentos pensados para o projeto Porto Maravilha, nas imagens acima (figuras 5 e 6) podemos perceber a preocupação da autora em apresentar tal projeto a partir das possibilidades de experiências de pessoas negras no espaço. Homens e

mulheres, adultos e crianças negras são representados interagindo com o espaço, seja nos seus trânsitos, nas brincadeiras ou manifestações culturais como a roda de samba. As plantas também são elementos de bastante relevância nessas imagens, como a representação de um grande Baobá (figura 5) e das plantas de uso religioso (figura 6). A decisão de criar imagens que evidenciem esses aspectos reforça a narrativa de valorização da experiência negra no espaço urbano por trás do projeto. Em seu site, o projeto para o Cais do Valongo é intitulado como “um espaço para a performance da identidade afro-brasileira”, elemento que fica evidenciado nos breves textos em anexo no Dossiê de Candidatura do Cais do Valongo a patrimônio mundial, onde ela aponta a intenção de criar um espaço voltado para as práticas culturais negras.

Para além do projeto são essas performances que dão sentido, no cotidiano, às disputas pela significação desse território enquanto Pequena África. Grupos como o Tambor de Cumba (figura 7), dedicado às danças afro-brasileiras, ao jogar e brincar no Valongo grafam o espaço e ressignificam esse lugar. Assim, as práticas culturais como a capoeira, as rodas de samba, o jongo, o coco, o samba de roda, as festas de santo, o carnaval, são constantemente reencenadas por esses corpos que mantêm essa memória viva.



Figura 7. Roda de Jogo do grupo Tambor de Cumba no Cais do Valongo. (fonte: <https://www.tambordecumba.com/fotos>)

4. Breves considerações

É importante ressaltar que embora a construção narrativa desse texto tenha sido feita a partir de uma disputa travada por dois lados distintos e opostos, na prática esse conflito é permeado por contradições, concessões, alianças e rupturas, bem como é protagonizado por dezenas de atores, que possuem interesses e objetivos múltiplos nesse território – tanto sob a bandeira do Porto Maravilha quanto da Pequena África. No entanto, se por um lado identificamos um emaranhado de relações nesse lugar, com todas as suas complexidades, por outro as centenas de imagens e vídeos compartilhadas sobre os

empreendimentos espelham uma única possibilidade de ocupação para a zona portuária.

A ideia de pensar a partir dessas representações não teve por intenção produzir qualquer análise quanto à qualidade desses projetos, nem tampouco apontar as soluções que são certas ou erradas, melhores ou piores. A proposta foi olhar para esses elementos, por vezes considerados neutros pelos profissionais que os produzem, para refletir sobre as intencionalidades por trás dessas criações. Meu desejo com esse texto é provocar um debate crítico tanto sobre o papel de arquitetos e urbanistas na produção de representações espaciais que ajudam a promover um modelo de cidade ideal, quanto sobre o entrecruzamento do racismo, das relações raciais e a produção do espaço urbano.

Refletindo a partir dessas narrativas, imagens e seus elementos simbólicos, busco levantar questionamentos sobre o quanto os imaginários de futuro para as cidades há muito tempo vêm sendo colonizados. Esse branqueamento da imagem, das narrativas, da ocupação e das práticas culturais, evidenciado nessas imagens, nos ajuda a ampliar o debate sobre o quanto os ideais de beleza, modernidade e desenvolvimento não comportam as diversas formas de ser, pensar, experienciar e produzir o território, diariamente encenadas nos movimentos desses dos múltiplos corpos que o habitam.

5. Referências

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites-século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

AZEVEDO, Lena e FAULHABER, Lucas. **SMH 2016: remoções no Rio Olímpico**. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

BACZKO, Bronislaw. **A imaginação social**. In: LEACH, Edmund et alii. *Anthropos*, 1985.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Branqueamento e branquitude no Brasil. Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, p. 25-58, 2002.

CAMPOS, Andreilino. **Do quilombo à favela: a produção do "espaço criminalizado" no Rio de Janeiro**. 5ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CHOAY, Françoise; **O Urbanismo**. Utopias e realidades uma antologia. 1965.

FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio S.; SOARES, Carlos E. L.; ARAÚJO, Carlos Eduardo M. **Cidades negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX**. São Paulo: Alameda, 2006.

INSTITUTO DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Sítio Arqueológico Cais do Valongo: proposta de inscrição na lista do Patrimônio Mundial** (coord. Milton Guran). Rio de Janeiro, 2016. 16/06/2019. http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_Cais_do_Valongo_versao_Portugues.pdf

LIMA, Evelyn Furquim Werneck. **Avenida Presidente Vargas: uma drástica cirurgia**. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de

Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1990.

MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro**. 2ª ed. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário**. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v.15, n.29, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano** - Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

SANTOS, Renato Emerson dos; DA SILVA, Karoline Santos; RIBEIRO, Lisyane Pereira; SILVA, Naiara do Carmo. **Disputas de lugar e a Pequena África no Centro do Rio de Janeiro: Reação ou ação? Resistência ou r-existência e protagonismo?** Seminário indisciplinar. UFMG, 2017. Belo Horizonte: UFMG, 2017.

SILVA, Stéfany. **FUTUROS EM DISPUTA: colonização do imaginário e disputa de lugar na zona portuária do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) – Instituto de Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 114. 2022a.

SILVA, Stéfany. **Imaginários espaciais em disputa: representações no processo de significação da Zona Portuária do Rio de Janeiro**. In Territórios Negros: patrimônio e educação na Pequena África. Rio de Janeiro: Editora Letra Capital, 2022b.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.